**Departamento de Imprensa e Propaganda – 27 de Dezembro**

A Era Vargas foi um momento de definição e construção da cultura nacional. O empenho do governo federal em decidir o que entrava no rol da cultura e o que seria deixado de fora é sentido em várias esferas. Esse período é marcado por diversas ações que visavam a construção do nacionalismo, do “espírito” brasileiro, ou seja mantinham empenho em definir o que era ser brasileiro, e o que era o Brasil.

Nessa jornada de construção alguns ideais amparavam as escolhas. A principal foi a crença na miscigenação, e no paraíso racial. Ou seja, os brasileiros eram fruto da miscigenação, e não havia no Brasil disputas sociais baseadas na cor. A escolha do Samba como figura da cultura popular brasileira, sua exportação como produto nacional foi a principal forma de demonstração dessa cultura miscigenatória. O samba até o momento da década de 30 era reprimido e os sambistas considerados marginais. Uma incoerência, porém é notada. O Samba tanto quanto as religiões de matrizes africanas, são frutos da mesma reconstrução brasileira das culturas africanas, no entanto foram encaradas de maneiras diferentes pelo Governo de Vargas. Enquanto o Samba foi escolhido como Cultura brasileira, as religiões afro-brasileiras tiveram que encarar a intensificação da repressão às suas crenças como crime.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) surge em 1939 como uma reorganização de órgãos que já existiam desde 1931. A primeira forma foi o DOP (Departamento Oficial de Propaganda), depois em 1934 é substituído pelo DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural), quando então já no contexto do Estado Novo é substituído pelo DIP.

O DIP tinha como principal objetivo disseminar as ideias do Governo ditatorial de Vargas iniciado em 1937 com o Estado Novo. Para efetiva propagação dos ideais nacionalistas o DIP detinha o controle de várias centrais de divulgação, controlando e censurando os conteúdos nos meios da radiodifusão, do teatro, do turismo, da imprensa e do cinema.

As DEIPS eram as filiais ramificadas nos Estados, assim mantinha-se o monopólio nacional das divulgações e do controle da cultura nacional.

O governo de Vargas tinha no DIP seu principal aliado para a construção da imagem do presidente para o povo. O governo que se inicia de maneira autoritária mediante um golpe sobre Júlio Prestes(presidente eleito no pleito de 1930), e se mantém no governo implantando uma ditadura em 1937, precisava formar sua imagem junto à população.

Uma das principais ações do DIP, ainda até os dias de hoje existe. O rádio era a grande ferramenta de comunicação daquele momento e era por ele que as notícias e informações eram veiculadas de maneira mais ampla. Nesse cenário o DIP cria a “Hora do Brasil”, um programa de rádio de amplitude nacional, responsável por informar sobre o país e realizar a propaganda do Estado Novo. Até hoje a “Hora do Brasil” ainda é veiculada nas rádios de todo o Brasil, durante uma hora nos dias uteis (na faixa das 19 às 20 horas.).

Pelo DIP passavam todo conteúdo midiático que seria reproduzido em território nacional. Fossem em material impresso (jornais, livros), fossem em espetáculos (musicais, peças de teatro, cinema), ou músicas. Tudo passava pelo crivo da censura, e qualquer forma notada de crítica ao governo de Vargas era censurada. Portanto esse órgão foi um grande entrave aos artistas que se viam podados pelas garras da ditadura varguista.